

COMMONS E TURISMO: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Leonardo Lincoln Leite de Lacerda* & Alexandre Augusto Biz**

Resumo

Quando se pensa no desenvolvimento do turismo geralmente se vislumbra a ação da iniciativa privada e/ou da pública. Contudo, é possível que haja outras formas de gerenciar os elementos que compõem a atividade turística para alcançar um desenvolvimento mais equilibrado entre as partes envolvidas, como pode ocorrer quando se pensa no *commons*. Para tanto, o objetivo geral deste artigo foi analisar estudos que abordaram turismo e *commons*. E como método utilizado se fez uma revisão integrativa contando com os descritores “*commons*” AND “*tourism*” nas bases de dados Scopus e Web of Science, e “bens comuns” AND “*turismo*” na SciELO. Após levantamento e seleção por critérios de qualidade foram analisados doze artigos. Dentre os resultados se observou: a) que o foco dos estudos recai sobre o gerenciamento de recursos (*common-pool resources*) naturais do destino, mostrando uma ênfase nos estudos de segunda geração do *Commons*, baseados em Ostrom (1990); b) que a tragédia do *tourist commons* está mais relacionada à falta dos princípios 4 e 5 de sucesso do *commons* de Ostrom (1990), mas também do 1, 3 e 6; c) que o sucesso do *tourist commons* está mais atrelado aos princípios 2, 3, 4, 5, 6; e d) a gestão do conhecimento pode ser visto como um fortalecedor do *tourist commons*, principalmente para a ampliação da consciência dos envolvidos em relação ao turismo e para transferência de conhecimento entre tais atores. A principal contribuição do estudo é mostrar que gestores de recursos comuns (de naturezas diversas) na atividade turística podem utilizar dos oito princípios de sucesso de um *common-pool resource* para guiar um desenvolvimento de turismo sustentável, de preferência que haja um alinhamento com a perspectiva da gestão do conhecimento, notadamente do *knowledge commons*, para aumentar as chances de sucesso do bem comum turístico.

Palavras-chave: *Commons*; *Common Pool Resource*; Turismo; Bens Comuns turísticos; Revisão Integrativa.

COMMONS AND TOURISM: AN INTEGRATIVE REVIEW

Abstract

The development of tourism on the national scene generally occurs through public initiative and/or public initiative. However, it is possible that there are other ways of managing the elements that make up the tourist activity to achieve a more balanced development between the parties involved, such as the initiative of organized civil society, which refers to the *Commons Theory*. Therefore, the general objective of this article was to analyze studies that addressed tourism and *commons*. And as a method used, an integrative review was carried out using the descriptors “*commons*” AND “*tourism*” in the Scopus, Web of Science and in SciELO databases. After survey and selection by quality criteria, twelve articles were analyzed. Among the results, it was observed: a) that the focus of the studies lies on the management of natural resources (*common-pool resources*) of the destination, showing an emphasis on second-generation *Commons* studies, based on Ostrom (1990); b) that the tragedy of the *tourist commons* is more related to the lack of Ostrom's (1990) success principles 4 and 5, but also 1, 3, and 6; c) that the success of the *tourist commons* is more linked to principles 2, 3, 4, 5, 6; and d) knowledge management can be seen as a strengthener of the *tourist commons*, mainly for expanding the awareness of those involved in tourism and for knowledge transfer among such actors. The main contribution of the study is to show that managers of *common resources* (of various natures) in the tourism activity can use the eight success principles of a *common-pool resource* to guide sustainable tourism development, preferably aligning with the perspective of knowledge management, notably the *knowledge commons*, to increase the chances of success of the *tourism common good*.

Keywords: *Commons*; *Common Pool Resource*; Tourism; *Tourist commons*; Integrative Review.

BIENES COMUNES Y TURISMO: UNA REVISIÓN INTEGRADORA

Resumen

Pensar en el desarrollo del turismo se suele ver la acción de la iniciativa privada y / o pública. Sin embargo, es posible que existan otras formas de gestionar los elementos que componen la actividad turística para lograr un desarrollo más equilibrado entre las partes involucradas, como puede ocurrir al pensar en los bienes comunes. Por tanto, el objetivo general de este artículo fue analizar estudios que abordan el turismo y los bienes comunes. Se utilizó una revisión integradora con las palabras clave “*commons*” Y “*turismo*” en las bases de datos de Scopus y Web of Science, y “*commons*” Y “*turismo*” en SciELO. Después de la encuesta y selección por criterios de elegibilidad, se analizaron doce artículos. Entre los resultados, se observó: a) que el enfoque de los estudios recae en la gestión de recursos (*common-pool resources*) naturales del destino, mostrando un énfasis en los estudios de segunda generación del *Commons*, basados en Ostrom (1990); b) que la tragedia del *tourist commons* está más relacionada con la falta de los principios 4 y 5 de éxito del *commons* de Ostrom (1990), pero también del 1, 3 y 6; c) que el éxito del *tourist commons* está más vinculado a los principios 2, 3, 4, 5, 6; y d) la gestión del conocimiento puede ser vista como un fortalecedor del *tourist commons*, principalmente para la ampliación de la conciencia de los involucrados en relación al turismo y para la transferencia de conocimiento entre tales actores. La principal contribución del estudio es mostrar que los gestores de recursos comunes (de diversas naturalezas) en la actividad turística pueden utilizar los ocho principios de éxito de un *common-pool resource* para guiar un desarrollo de turismo sostenible, preferiblemente que haya un alineamiento con la perspectiva de la gestión del conocimiento, especialmente el *knowledge commons*, para aumentar las posibilidades de éxito del bien común turístico.

Palabras clave: *Commons*; *Common Pool Resource*; Turismo; Bienes Comuns Turísticos; Revisão Integradora.

HOW TO CITE: Leite de Lacerda, L. L., Biz, A. A., & dos Santos Pacheco, R. C. Commons e Turismo: uma revisão integrativa. *Anais Brasileiros de Estudos Turísticos*, 14(1). Retrieved from <https://periodicos.ufrj.br/index.php/abet/article/view/39746>
DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.13357219>



Licenciada por Creative Commons
4.0 / Internacional
CC BY 4.0

* Doutorando em Engenharia, Gestão e Mídias do Conhecimento/UFSC (2023). Mestrado em Estudos do Lazer/UFMG (2009). Especialista em Lazer/UFMG (2004). Graduado em Turismo/ Centro Universitário Newton Paiva (2002). Professor do Senac-SC nas áreas de Turismo, Atendimento e Liderança. Pesquisador e Mediador do Programa CEURS (Capacitação em Estudos Urbanos e Regionais para Sustentabilidade). CV: <http://lattes.cnpq.br/3048899576738254> [leollacerda@yahoo.com.br]

** Pós-Doutor em Negócios/Instituto Stela (2012). Doutor em Engenharia e Gestão do Conhecimento/UFSC (2009). Mestre em Turismo e Hospitalidade/UNIVALI (2003). Graduado em Turismo e Hospitalidade/UNIVALI (1996). Professor do Departamento de Engenharia do Conhecimento da UFSC. Trabalhou no Departamento de Turismo (DETUR) da UFPR (2006-2017). Revisor de artigos em Administração, Turismo, Engenharia de Produção. Coordenador Geral do Seminário Brasil-Espanha sobre Tecnologia da Informação no Turismo (www.destinosinteligentes.com.br). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3235-9328> [alexandre.biz@ufsc.br]

1 INTRODUÇÃO

Quando se pensa no desenvolvimento do turismo, costuma-se imaginar a atuação por meio de duas iniciativas: a privada e a pública. Cada uma apresentando uma característica e um objetivo particular, notadamente o lucro no primeiro caso e o bem-estar (desenvolvimento econômico e social da população) no segundo (Briassoulis, 2015).

Também há a possibilidade de um trabalho em conjunto entre ambas as iniciativas. De acordo com Clarke et al (2009) existem três etapas para encorajar as parcerias pública e privada na rede de desenvolvimento do turismo. A primeira é identificar e relatar os interesses dos envolvidos e colocá-los em prática, o que envolve uma colaboração em longo prazo para lidar com a desigualdade de recursos e a retórica da colaboração.

A segunda diz respeito a criar e manter estruturas informais que sustentam a experiência alcançada de colaboração e do conhecimento incorporado pelos envolvidos. A terceira tem relação com o armazenamento e recuperação de opções disponíveis para uso do conhecimento acumulado com a finalidade de planejamento e criação de políticas no futuro. Assim, muitas vezes o nível de desenvolvimento do turismo é uma consequência da magnitude da aliança entre a iniciativa pública e privada. Mas será que não existem outras iniciativas que influenciam esse desenvolvimento?

Os processos de desenvolvimento turístico têm o desafio de se adequar aos diferentes interesses da sociedade considerando suas redes de ação social, nas quais indivíduos e grupos são guiados por uma variedade de orientações estratégicas (Bianchi, 2003). Sirakaya et al (2001) asseveram que os processos de desenvolvimento requerem envolvimento de múltiplas partes interessadas em todos os níveis, reunindo governos, ONGs, residentes, indústria e profissionais em uma parceria que determine a quantidade e tipo de turismo que um destino deseja.

Portanto, existe a possibilidade de mudar as estruturas formais que governam o desenvolvimento do turismo, mas para tanto é necessário criar confiança nos processos informais que moldam as condições locais com as quais se tem que trabalhar (Clarke et al, 2009).

Um dos pontos de atenção para se trabalhar o turismo são seus produtos, pois os mesmos acabam sendo elementos centrais das propostas de desenvolvimento turístico. E como o intuito inicial é que esse produto se prolongue ao longo do tempo é necessário tomar medidas sustentáveis, o que requer considerar os eixos econômicos, ambientais, sociais e culturais. Contudo, Bianchi (2003) lembra que com o desenvolvimento do turismo os diferentes atores envolvidos se encontram com diferentes capacidades de explorar oportunidades econômicas, dependendo de suas habilidades de conceber, apropriar, regular e controlar os significados da produção do turismo.

Assim, é provável que a atuação unilateral da iniciativa pública ou privada para lidar com uma proposta complexa de tornar esse desenvolvimento mais igualitário ou equitativo não seja alcançada. Isso porque, como observa Ostrom (1990), nem o Estado nem o mercado são uniformemente bem-sucedidos em capacitar indivíduos a sustentar o uso produtivo e de longo prazo dos sistemas de recursos

naturais. Portanto, novos exemplos e modelos são necessários para lidar com o desenvolvimento de determinada realidade.

Teorias da Ação Coletiva podem ajudar neste contexto, pois enfatizam ações com base em solidariedade entre seus membros para atingir objetivos em comum, diferente de propostas baseadas no interesse individual e que engatilham comportamentos de enfrentamento (Hwang; Stewart, 2017).

Uma proposta mais específica foi apresentada por Ostrom (1990) quando realizou estudos de caso estendido (trabalhos de campo) em diferentes regiões e sobre diferentes maneiras de lidar com um recurso natural comum (ou *common-pool resource*). Chegando a conclusão da possibilidade de um recurso comum ser auto gerenciado sem a intervenção do setor público e do setor privado, usando ações coletivas para benefício das partes interessadas. A validade de tal proposição foi comprovada quando um estudo usando meta-análise sobre 112 publicações científicas mostrou que dois terços dos artigos confirmaram a relevância dos princípios do *commons* para estudar instituições que trabalham na perspectiva da ação coletiva em cima de recursos de uso comum (Ostrom et al, 2011).

No entanto, Quaresma e Campos (2006) relatam que ainda há muito o que desenvolver no sentido de uma perspectiva da ação coletiva no turismo, que leve a uma possibilidade de interação dos envolvidos na gestão do bem comum. Até porque, as teorias da ação coletiva lidam com questões de dilemas sociais, ou seja, interesses particulares contra interesses coletivos.

Alguns estudos relacionaram o *commons* e o turismo, como o de Healy (2006) sobre o problema do bem comum nas Cataratas do Niágara (Canadá), que mostra que foi preciso criar uma comissão (corporação paraestatal local) para gerenciar o atrativo. Assim, conseguiu-se uma sustentabilidade financeiramente, mas não necessariamente em termos de qualidade dos recursos naturais comuns.

Soares et al (2017) fizeram uma pesquisa nas comunidades de Witmarsum, Entre Rios e Castrolanda (Paraná, Brasil), e concluíram que Castrolanda foi a única que conseguiu trabalhar mais de três (seis ao todo) dos princípios de Ostrom (1990), mostrando-se a comunidade com melhor organização ao lidar com o turismo de forma participativa em seu planejamento.

O trabalho de Villavicencio, Zamora e Pardo (2020), pela perspectiva do turismo comunitário, mostrou a força que as instituições locais têm de ter para enfrentar a pressão de uma racionalidade econômica sobre o bem comum. Por outro lado, a pesquisa de Alipour e Arefipour (2020), com foco no processo de cogestão (entre Estado e comunidade) para a sustentabilidade da relação entre turismo e recursos comuns, mostrou que turismo e seus bens comuns no norte de Chipre não foi bem estabelecida.

Apesar destes estudos, Quaresma e Campos (2006) relatam a importância de estreitar o laço entre Turismo e *Commons* para alcançar uma atividade sustentável, e maneira de combater as práticas danosas do turismo de massa que levam à tragédia do bem comum. Essa tragédia do bem comum no turismo (como ocasionadas em rios, praias, paisagens, florestas, etc.) pode significar que

atrativos turísticos sejam usufruídos até seu esgotamento, ou até a perda de sua identidade original. E para combater tal cenário os autores afirmam que locais onde existem ações sociais organizadas (cooperativas, associações, organizações comunitárias, etc.) há um melhor manejo dos recursos comuns, mesmo sem a intervenção (total ou parcial) do Estado.

Além disso, Stronza (2010), com foco no ecoturismo, instiga à reflexão quando fala que os bens comuns (como paisagens, florestas e vida selvagem) passam de recursos comuns locais para bens comuns globais, com um nível de dificuldade superior em seu gerenciamento, quando expostos ao turismo. Assim, a necessidade de interligar os estudos do turismo com a Teoria do *Commons* se mostra relevante. Até porque Plummer e Fennell (2009) e Briassoulis (2015) falam que trabalhar o turismo sustentável significa associar tal atividade aos recursos comuns.

Reforçando o discurso da importância de relacionar os estudos do turismo com os estudos do *commons*, Healy (1994) já dizia que a aplicação de uma governança de propriedade comum é limitada no turismo. Já Briassoulis (2002) indica que essa questão ainda não teve um enfoque significativo na literatura acadêmica. Cenário que anos depois continua inalterado, quando Stronza (2010) fala que existem estudos escassos que entrelaçam as duas ligações. E Briassoulis (2015), treze anos após seu estudo inicial, continua afirmando que essa relação ainda se encontra nos primeiros passos.

Stronza (2010) e Alipour e Arefipour (2020) indicam que é preciso mais análises dos efeitos da relação entre turismo e gestão de bens comuns para que se consiga ter uma ideia melhor dessa relação. Ou seja, estudos da Teoria do *Commons* em ambientes turísticos (áreas geográficas, empreendimentos turísticos, inter-relação com recursos comuns como animais selvagens, infraestrutura geral e turística, patrimônio cultural) precisam ser mais e melhor analisados.

Até porque a maioria dos estudos listados nesta introdução que tratam do bem comum no turismo zelam mais por uma perspectiva de recursos naturais, negligenciando outros aspectos (culturais, infraestrutura, por exemplo). E Briassoulis (2015) ainda acrescenta que o foco geralmente é destinado aos turistas, em detrimento aos demais usuários (moradores, empreendimentos locais, governo local), além de tratar os elementos do contexto de maneira isolada.

Acrescentando mais dificuldades na relação entre turismo *commons*, os conceitos e nomenclaturas existentes na literatura deste último podem dificultar seu entendimento e, assim, seu usufruto no turismo.

Pensando nisso, este estudo foi guiado pela seguinte pergunta: quais são os fundamentos das pesquisas que relacionam turismo e *commons*? A ideia é facilitar a compreensão sobre o universo acadêmico do *commons* para futuros pesquisadores do turismo que desejem fazer tal relação, em prol do desenvolvimento de um turismo sustentável. Até porque existe uma demanda crescente para tratar do desenvolvimento turístico de forma sustentável (Alves, 2018; Briassoulis, 2015; Koodsela et al, 2019; Martins, 2018).

Nesse sentido, além do objetivo geral de analisar os fundamentos de pesquisas que abordam turismo e *commons*, esta pesquisa pretende alcançar os seguintes objetivos específicos: a) descobrir os principais termos

relacionados aos elementos-chave da pesquisa; b) levantar os significados de *commons* utilizados nos estudos; c) discernir as relações feitas entre turismo e *commons*; e d) desvendar o envolvimento do conhecimento (gestão ou governança) nessa relação.

Para tanto, como será apresentado na parte metodológica, o estudo utilizou de uma revisão integrativa, com busca sistemática realizada em 23 de setembro de 2019, nas bases de dados da SciELO, Scopus e Web of Science. O resultado é o que está apresentado adiante, depois da apresentação do referencial teórico e dos métodos usados na pesquisa, completado com as conclusões do estudo.

2 REVISÃO TEÓRICA

2.1 Turismo

Para que algo seja visto como relevante no contexto atual, costuma-se recorrer às suas contribuições para a geração de riqueza. Esse tipo de visão costuma ser observado em diferentes contextos, como o do turismo. Por exemplo, a Organização Mundial do Turismo (UNWTO, 2020) informa que o movimento de turistas internacionais cresceu cerca de 4% entre janeiro e março de 2019 quando comparado com o mesmo período do ano anterior, mas abaixo do crescimento médio de 6% dos últimos dois anos. Ainda assim, trata-se de um negócio que supera o de exportação de petróleo, produtos alimentícios ou automobilísticos, demarcando sua importância no mercado global.

Já o Conselho Mundial de Viagens e Turismo (WTTC, 2020) mostra que o setor de turismo e viagem contribuiu com quase nove trilhões de dólares para o PIB mundial (mais de dez por cento do PIB global), gerando trezentos e trinta milhões de empregos (um em cada dez empregos no mundo). O que significa que 2019 foi outro ano de crescimento para o setor global de viagens e turismo, ressaltando seu papel impulsionador do crescimento econômico e da criação de empregos.

Tais dados reforçam o discurso do turismo como um setor de força econômica, que está em um mercado cada vez mais competitivo (Tussyadiah, 2014). Portanto, é imprescindível um desenvolvimento ordenado e planejado para evitar a ocorrência de distúrbios nos destinos turísticos. Para tanto, existem modelos que apresentam ciclo de vida do turismo nos destinos que ajudam a enxergar os cenários futuros que os mesmos podem seguir.

Butler (1980), por exemplo, estabeleceu um ciclo de vida de uma área turística que passa pelas seguintes fases: exploração, envolvimento, desenvolvimento, consolidação, estagnação e declínio ou revitalização. A sua utilização como instrumento do planejamento turístico se justifica na determinação da fase em que se encontra a localidade em estudo, e nas medidas cabíveis para direcionar seu desenvolvimento. Bem como em criar estratégias para lidar com a faixa crítica de elementos de capacidade.

Já Doxey (1975) criou um índice para demonstrar o descontentamento progressivo da população local com a atividade turística, e que apresenta diferentes estágios: a) a euforia, na qual os visitantes e investidores são bem vistos, pois geram trabalho e renda; b) a apatia, em que há o predomínio de interesses comerciais entre turistas e

residentes; c) o aborrecimento, fase de desconfiança e dúvida sobre os benefícios do turismo devido à saturação da chegada de turistas; d) o antagonismo, nível de irritação mais expressivo, onde os visitantes são vistos como causadores dos problemas no destino.

Neste último estágio é que se deflagram atividades relacionadas aos termos “turismo-fobia” e “anti-turismo”, ou seja, manifestações de rejeição com o turismo e visitantes, vistos como causadores de vários males no destino, como: sobrecarga de fluxo de pessoas, elevação de preços de produtos e serviços, aumento da poluição, acúmulo de lixo, desrespeito com a população local, aumento exacerbado da competitividade no local, violência, congestionamentos, benefícios distribuídos de forma desigual entre a população, etc. (Hughes, 2018; Martín et al, 2018; Beal et al, 2019; Gürsoy, 2019).

E diante dessa indignação ocorrem consequências das mais diversas, desde ataques a pontos turísticos e equipamentos turísticos (Hughes, 2018), até a luta da população local em prol de seus valores e seu senso de comunidade e identidade (Beal et al, 2019). Casos que ocorreram em destinos turísticos, como Barcelona (Martín et al, 2018) e Alaçati - Turquia (Gürsoy, 2019).

Entretanto, recentemente o mundo se deparou com uma situação sem precedentes que culminou em uma condição de outro extremo: a estagnação do convívio social e do deslocamento de pessoas decorrente da COVID-19. Korstanje (2020) relata que o surto desta pandemia foi o terceiro golpe para a hospitalidade como a entendemos até então.

O segundo golpe foi deflagrado pela crise da bolsa de valores de Wall Street em 2008, que criou dificuldades para o deslocamento de pessoas, seja por questões financeiras ou por imposições de procedimentos mais rigorosos no transporte aéreo. E o primeiro golpe derivou do atentado de onze de setembro de 2001, que gerou uma cultura de terror em que turistas estrangeiros eram vistos como convidados indesejados.

Tais situações criam a necessidade de repensar a forma como o turismo é planejado e desenvolvido. Jamal e Stronza (2009), por exemplo, relatam que o costume é pensar um destino turístico em termos de marketing e promoção (visão voltada para resultados), negligenciando partes importantes do planejamento e desenvolvimento (visão voltada para processos). O que acarreta em danos à sustentabilidade do local, ainda mais que não se trabalha com uma visão holística de todas as partes interessadas.

Seraphin et al (2018) observam a necessidade em aumentar a conscientização sobre a aplicação de políticas capazes de garantir um destino socialmente sustentável, o que requer não ceder a pressões de grupos que pedem apenas a redução da atividade turística.

Ou Ruiz-Ballesteros (2017) ao relatar a urgência em buscar um equilíbrio do eixo articulador em direção à oferta, contrabalanceando o foco unicamente na demanda turística. E, além disso, a possibilidade de gerar uma distribuição de benefícios localmente, como geralmente ocorre em cenário de turismo de base local. Este que requer a participação local (ação coletiva) no desenvolvimento, gestão e benefícios do turismo.

Tais abordagens estão mais alinhadas com uma perspectiva de um turismo sustentável, entendido por Bacal et al (2007), Briassoulis (2002) e Goeldner et al. (2000) de

promoção sim, mas do bem-estar econômico, do capital natural e sociocultural (sua auto-suficiência) ao longo do tempo, ao mesmo tempo que zela pela satisfação (oferta de alta qualidade material e imaterial) do visitante.

Contudo, muitas vezes o desenvolvimento turístico fica à mercê de ações unilaterais do Estado e da iniciativa privada, ou de uma parceria entre ambos, negligenciando perspectivas e necessidades de outras partes interessadas. Até porque a sociedade nem sempre se utiliza de seus conhecimentos e habilidades em prol do interesse público. Como lembram Pereira et al (2015, p. 120), observa-se “no Brasil a existência de uma ‘cultura’ por parte dos indivíduos em acreditar que o Estado resolverá todos os problemas, eximindo-se, então, dessa responsabilidade”.

A crítica à parte do Estado está em ser visto pelos cidadãos como o responsável único pelo bem-estar social, desmobilizando ações coletivas por parte da sociedade. E também pelo fato de usar da força repressora e legal como base de suas ações.

Além desse problema, geralmente o que se observa é um planejamento e gestão de destino sob responsabilidade do poder público estatal (Pimentel; Pimentel, 2012). Mais especificamente, Fayos-Solá (1996) percebe três gerações relacionadas à política de turismo, a primeira com ênfase na captação de renda e, portanto, trabalhando para elevar o volume de atividade no destino.

A segunda enfoca a necessidade de ordenar e regular ambientalmente o território do destino, sendo também marcada pela promoção e concessão de subsídios para expansão do turismo. E a terceira foca na competitividade do destino turístico, envidando esforços para melhorar a eficiência dos serviços prestados e, assim, da qualidade da oferta. Como resumem Henriksen e Halkier (2009), a primeira geração se ocupou de fazer mais do mesmo, a segunda a fazer mais da maioria, e a terceira a fazer mais do melhor.

Já na parte do mercado, Alipour e Arefipour (2020) alertam que o principal problema é deixá-lo dominar as ações (privatizações), o que culmina em iniciativas particulares sobre as demais. Assim, os autores sugerem que a gestão do interesse turístico deva ser feito de forma compartilhada (co-governança de responsabilidades e poder).

Em um ambiente onde existem várias partes interessadas estão presentes, como em localidades turísticas, é comum ocorrerem dilemas sociais. Portanto, há a necessidade de métodos de governança compartilhados e que elevem o nível de capital social local, seja com movimentos sociais e ambientalistas, planejamento participativo, cooperativas ou outra forma de atuação (Hall, 1999; Teixeira, 2002).

Assim, vale considerar as três partes interessadas principais, e que deveriam trabalhar em parceria, quando se pensa em desenvolver um turismo sustentável: iniciativa privada, autoridade local e comunidade local (UNWTO, 1993). Contudo, Timur (2012) relata em conclusão em sua pesquisa que essas partes interessadas no turismo sustentável em termos de destinos urbanos precisam receber mais consideração acadêmica.

Com tantos atores envolvidos com o cenário do turismo, como proceder para encontrar uma forma que considere os diferentes interesses e ao mesmo tempo zele pelos recursos que estão sendo utilizados? Ou como

encontrar um caminho que consiga lidar com os conflitos existentes das partes interessadas no turismo? Quando se reúne a necessidade de desenvolver o turismo sustentável por meio do respeito aos seus recursos com as partes interessadas para um debate e atuação mais participativos, uma das opções é pela perspectiva do *commons*.

Plummer e Fennell (2009) indicam que o sucesso em juntar formas de co-gestão, turismo sustentável e um conjunto de recursos compartilhados (*common-pool resources*) envolve três premissas: a) propagar a ideia de que turismo sustentável está intimamente ligado aos *common-pool resources*; b) considerar que um local turístico é um sistema complexo ao congregar recursos naturais, humanos e uma atividade que envolve pessoas de fora do ambiente; c) ter ciência de que sistemas complexos exigem formas de pensamento e atuação não lineares, reducionistas e mecanicistas, como ocorre em modelos regulatório e racional-abrangente.

Urge, então, uma visão que considere o nível comportamental humano individual, a microssituação e o contexto socioecológico amplo (Ostrom, 2005). Apoiado no *commons*, o turismo pode ser administrado não só pelo viés do mercado ou do Estado, mas também por uma perspectiva endógena de distribuição de responsabilidades e benefícios, que observa os aspectos naturais e culturais de uma localidade não apenas como uma mercadoria de venda (Soares; Sahr, 2016). Alternativa que recebeu pouca atenção científica (Briassoulis, 2002; Healy, 1994; Holden, 2005; Liu, 2019), não apresentando (Pirota; Lusseau, 2015) ou apresentando poucas estruturas para entender como se desenvolver um turismo que não leve à tragédia de seus bens comuns.

Antes de adentrar na metodologia e resultados da presente pesquisa, cabe compreender mais profundamente a Teoria do Commons.

2.2 Commons

A escrita desta parte do artigo tem como objetivo apresentar e explicar conceitos e ideias relacionadas ao *commons*, que ajudam na construção do entendimento de tal elemento. Pelo viés histórico, Ferreira (2012) declara que o *commons* está presente desde os tempos antigos, quando bandos e tribos de humanos disputavam acesso e uso a recursos de acesso aberto. E dependendo da quantidade da demanda e do recurso, poderia haver escassez, gerando conflitos e lutas entre os grupos interessados. Exemplos desta visão são mais do tipo natural, como pesca, caça, lenha e fontes de água potável.

Commons (bem comum) é entendido por Bollier e Helfrich (2019, p. 17) como “sistemas sociais vivos através dos quais as pessoas dirigem seus problemas compartilhados de maneira auto organizada”. Conceito que aglutina tanto a ideia de capital social quanto de governança.

No primeiro caso, enfatiza-se a percepção de pessoas que lidam com seus problemas de forma compartilhada. Putnam (2000) entende o capital social como valor agregado das redes sociais (quem as pessoas conhecem), e as inclinações que surgem dessas redes para as pessoas façam coisas umas pelas outras (as normas de reciprocidade).

No caso da governança, a Teoria do *Commons* utiliza de nomenclaturas diferentes, como governança entre pares (Bollier et al, 2019), governança adaptativa (Briassoulis, 2015; Mancini et al, 2020), co-gestão (Alipour e Arefipour, 2020) ou co-gestão (Ruiz-Ballesteros, 2017).

A ideia do *commons* deriva do estudo seminal de Ostrom (1990) sobre autogoverno de recursos comuns compartilhados, que estão sujeitos a conflitos. Percepção resultante dos estudos da autora em comunidades que compartilham recursos naturais comuns, como campos de plantio e água de rio. O termo utilizado neste estudo é *common-pool resource* (CPR), ou seja, um sistema de recursos naturais ou criados pelo homem que seja suficientemente grande para tornar dispendioso (mas não impossível) excluir os potenciais beneficiários da obtenção de benefícios de seu uso.

O CPR apresenta duas características principais: a não exclusão (ou não limitação) e a subtração (ou rivalidade). A primeira relacionada à impossibilidade de limitar ou impedir o uso ou acesso ao recurso. A segunda ocorre quando o uso do recurso por uma pessoa afeta (previne ou diminui) o montante disponível para outros. Tal ideia deriva da economia neoclássica para classificar os bens, que podem ser divididos em quatro grupos: bens privados, bens públicos, bens de clube e bens comuns (Helfrich, 2014).

Assim, o CPR se diferencia de bens de clube (excluí, mas não subtrai o recurso), de bens privados (exclui e subtrai o recurso) e de bens públicos (não exclui e não subtrai o recurso), mostrando-se uma alternativa ao mercado e ao Estado.

De acordo com Ostrom (1990) - e complementado por Pacheco (2016) - os CPR que alcançaram sucesso na sustentabilidade praticavam sete (e dependendo do contexto, oito) princípios: I) Limites claramente definidos (ou delimitação) – quanto ao direito de uso e a definição de seus limites físicos; II) Congruência entre as regras de apropriação e provisão e as condições locais (ou adequação ao contexto) – importância de adequação de uso ao contexto local em termos de tempo, tecnologia, quantidade de recursos disponíveis; III) Arranjos de escolha coletiva (ou participação e coprodução) – possibilidade de participação coletiva na criação e modificação das regras operacionais; IV) Monitoramento e avaliação – acompanhamento do uso do *commons*; V) Sanções e recompensas graduais – para os que violam e os que seguem as regras operacionais; VI) Mecanismos de resolução de conflitos (ou resolubilidade) – acesso rápido e fácil aos mesmos; VII) Reconhecimento mínimo dos direitos de organização – do ponto de vista dos apropriadores, com anuência de autoridades governamentais externas.

O oitavo princípio (empresas aninhadas ou adhocracia – governança em várias camadas de responsabilidades) é para casos específicos em sistemas maiores e mais complexos. De acordo com Bollier e Helfrich (2019), CPR tem conceito parecido com *commons*, com a diferença de que o primeiro é usado quando um grupo de pessoas usa de maneira comedida um recurso compartilhado. Geralmente este recurso é de cunho natural, como áreas de pastagens ou de pescas, conceito que está atrelado aos estudos de Ostrom (1990).

A construção/processo social é enfatizada por Kuhlen (2012) e Bollier e Helfrich (2019) em um *commons*. O primeiro autor relata que a base está em entendimentos normativos comuns. Os demais autores enfatizam que a auto-organização da comunidade é o cerne do *commons*, no qual os envolvidos buscam benefícios sem reprimir outros atores. Ou como pontua Meretz (2012), o ponto de ignição de um *commons* está no enfrentamento de necessidades por pessoas envolvidas em determinada ação coletiva.

Diante disso, pode-se caracterizar o *commons* como um bem comum que observa o termo “bem” como um adjetivo, não no sentido de um bem maior para a sociedade. Mas um bem comum de um processo coletivo que busca soluções para objetivos comuns, levando em consideração uma forma mais justa de direitos e deveres.

Em uma análise ampla do histórico dos estudos da área é possível considerar que a primeira geração de estudos a respeito do *commons* diz respeito às ideias de Hardin (1968), que observou a tragédia dos bens comuns (seu esgotamento), pelo menos os de livre acesso, por conta do proveito individual. Para tanto, colocou-se a necessidade de uma intervenção da iniciativa privada ou da iniciativa pública para a manutenção do recurso comum.

A segunda geração já confronta tal ideia, sendo representada por Ostrom (1990). Em seus estudos, houve indicativos de que os co-apropriadores (comunidade como uma rede de interdependência) conseguem compartilhar recursos comuns naturais (ou *common-pool resources* - CPR) e mantê-los. Já a terceira geração de estudos do *commons* costuma enfatizar os processos sociais (os esforços) para criar e manter um bem comum, ou seja, o *commoning*. E tem como um de seus expoentes Bollier (2011). Entretanto, como já pontuado anteriormente, tal aplicação na área do turismo é rara, uma vez que existem poucos exemplos e estudos sobre esta relação.

Um dos artigos que fez tal abordagem é de Healy (1994), sendo que o autor identificou as paisagens de

turismo (ou elementos de fundo do turismo) como um CPR que estão sujeitos a uso excessivo e o problema de falta de incentivo para investimentos para sua melhoria. E afirmou também que são necessárias pesquisas para avaliar a eficácia de alternativas mistas de regimes de direitos de propriedade em diferentes contextos. E inclusive determinar quais recursos turísticos são adequados à propriedade comum em comparação com os administrados de forma privada ou pelo governo.

Mais tarde, Briassoulis (2002) analisou de forma teórica o papel central que o CPR age no desenvolvimento do turismo sustentável e descreveu os princípios do projeto de políticas para sua gestão. Assim, apresenta um conceito de bem comum turístico (*tourism commons*), definido de forma holística como a coleção de todos os recursos tangíveis e intangíveis e que são idênticos ao produto turístico. Bem como mostrou um modelo que expõe o relacionamento desse *tourism commons* com outras atividades. A autora ressalta ainda a necessidade de se realizar pesquisas empíricas para lançar luz sobre a real natureza, funcionamento, problemas e gestão do *commons*.

Além desses e de outros estudos (Alipour et al, 2020; Marcineck et al, 2019; Pintassilgo et al, 2007) indicarem uma escassez de estudos que abordam a Teoria do *Commons* no turismo, também mostram a complexidade de se trabalhar tal proposta. Isso porque existe uma miríade de recursos (turísticos ou não), atores (partes interessadas diretas mescladas com públicos de outras atividades econômicas) e formas institucionais (códigos, regimes, legislação, licenças, fundos, sanções, parcerias, protocolos, assembleias, comitês, taxas, etc.) envolvidas. Fato que deflagra como é conflitante o processo do se trabalhar o turismo. E demarca a relevância do tema proposto.

E com o propósito de apresentar as ideias centrais tratadas na revisão teórica e que servem de base para as demais partes deste artigo, segue uma tabela (1) que sintetiza os conceitos principais tratados na revisão teórica.

Tabela 1. Síntese dos conceitos principais da revisão teórica.

Categoria	Conceito adotado	Referência
Capital Social	diz respeito a estruturas (normas) e redes sociais (criação de laços de compreensão e confiança, aproximação e reciprocidade, formação social de sentido como visão compartilhada) que ajudam no compartilhamento de recursos e na cooperação para busca de objetivos em comum.	Coleman (1988); Field (2008); Kim; Shim (2019); Ostrom (1990); Ostrom; Hess (2007); Pretty; Ward, (2001); Putnam (1993); Putnam (2000)
C.P.R.	“sistema de recursos naturais ou criados pelo homem que seja suficientemente grande para tornar dispendioso (mas não impossível) excluir os potenciais beneficiários da obtenção de benefícios de seu uso”.	Ostrom (1990, p. 23, tradução nossa)
<i>Commoning</i>	“processo exploratório pelo qual as pessoas planejam e promulgam sistemas específicos de situação de provisionamento e governança entre pares como parte de um processo maior de desenvolvimento de nossa humanidade. Ocorre com pessoas comuns que decidem por si mesmas como identificar e atender às necessidades compartilhadas, gerenciar a riqueza comum e conviver bem”.	Bollier; Helfrich (2019, p. 17, tradução nossa)
<i>Commoners</i>	aqueles “que inventam os sistemas, criam as regras, fornecem o conhecimento, executam o trabalho difícil, monitoram a conformidade e lidam com infratores”	Bollier; Helfrich (2019, p. 05, tradução nossa)
<i>Commons</i>	“sistemas sociais vivos por meio dos quais as pessoas dirigem seus problemas compartilhados de maneira auto organizada”	Bollier; Helfrich (2019, p. 17, tradução nossa)
<i>Tourist commons</i>	cogestão comunitária de recursos comuns (naturais, socioculturais e artificiais – tangíveis e intangíveis) usados de forma intencional ou inadvertidamente por atividades turísticas e não turísticas, dentro de um destino turístico e áreas adjacentes, gerando perenidade da atividade, equilíbrio ambiental-econômico-social, e integração das necessidades dos envolvidos (moradores, visitantes, prestadores de serviços, fornecedores, entidades públicas, etc.)	Bacal et al (2007); Briassoulis (2002); Briassoulis (2015); Castro-Spila et al (2018); Ritchie et al (2000); Ruiz-Ballesteros (2017); Seraphin et al (2018); Timur (2012), UNWTO (2022)

Turismo sustentável	“aquele que, com base no planejamento e estruturação de suas práticas, considera a conservação ambiental, a autenticidade cultural e ainda a inclusão social, buscando sempre a qualidade dos serviços prestados, viabilizando a perenidade da atividade.”	Bacal et al. (2007, p. 179, tradução nossa)
---------------------	--	---

Fonte: Elaboração própria.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa fez uso de revisão integrativa, que Souza et al (2010) entendem se tratar de uma abordagem metodológica de revisão mais ampla ao incluir estudos tanto experimentais quanto não experimentais, literatura teórica e empírica, possibilitando uma visão mais completa do fenômeno a ser analisado. Já Beyea e Nichll (1998) informam que a revisão integrativa sumariza pesquisas passadas e tira conclusões gerais do corpo de literatura sobre um tópico específico. Processo relevante para se iniciar a abordagem de determinado tema.

Tranfield et al (2003) afirmam que se trata de um método que tem como justificativa a melhoria da qualidade do processo de revisão, devendo ocorrer de forma sistemática, transparente e reproduzível para minimizar possíveis vieses. Para tanto, esses autores definem algumas etapas para conduzir este tipo de revisão: a) a identificação da pesquisa, b) a seleção dos estudos, c) a avaliação da qualidade dos estudos, d) a extração de dados e monitoramento do progresso, e) a síntese dos dados.

A identificação de pesquisa requer que o pesquisador localize as palavras-chave e os termos de busca, bem como a estratégia adotada para realizar a pesquisa. No presente caso, os descritores utilizados foram “turismo” e “bens comuns” na base de dados SciELO, e “tourism” e “commons” junto à Scopus e Web of Science.

A tais termos foram acrescentados à equação “AND” para alcançar textos que tratassem dessa relação de forma mais estreita. Tal busca foi realizada apenas nos títulos e nas palavras-chave dos textos, e parte dos resultados pode ser visualizada na Tabela 2.

Tabela 2. Estratégia de busca sistemática e resultados.

Base	Estratégia de busca	Resultado
Scopus	(TITLE-KEY (<i>tourism</i>) AND TITLE-KEY (<i>commons</i>))	59
Web of Science	(TITLE-KEY (<i>tourism</i>) AND TITLE-KEY (<i>commons</i>))	6
SciELO	(TÍTULO-PALAVRAS-CHAVE (<i>turismo</i>) AND TÍTULO-PALAVRAS-CHAVE (<i>bens comuns</i>))	0

Fonte: Elaboração própria.

A busca sistemática foi realizada no dia 23 de setembro de 2019, angariando um total de cinquenta e nove (59) documentos diversos na Scopus (43 artigos, 9 capítulos de livro, 3 textos de revisão, 2 textos de conferência, 1 livro e 1 nota), seis (6) na Web of Science (5 artigos e 1 texto de conferência, este último sendo o único a não aparecer repetido na Scopus) e nenhum na SciELO.

Um refinamento posterior foi realizado contando com os seguintes critérios de elegibilidade: a) análise apenas de artigos científicos, pois se partiu do princípio que a revisão por pares tende a refinar a qualidade dos textos; b) leitura

prévia dos resumos para averiguar a adequação aos objetivos da pesquisa, o que deixou apenas vinte (20) artigos; c) consideração de artigos apenas na língua inglesa, espanhola e portuguesa (para melhor compreensão do conteúdo tratado), retirando, assim, outros quatro (4) artigos.

Então, dos dezesseis (16) artigos restantes, os mesmos foram lidos na íntegra, e seus dados foram organizados em uma planilha do Excel para preencher os objetivos específicos pretendidos, formando assim uma matriz de síntese para facilitar a visualização e análise dos dados coletados.

Entretanto, outros quatro (4) artigos foram excluídos da revisão, ou por apresentarem uma superficialidade da discussão sobre turismo e/ou *commons*, ou devido o termo “*commons*” não estar relacionado à ideia de bem comum ou de CPR. Assim, para análise e escrita do presente texto foram considerados doze (12) artigos que estão identificados com o símbolo de asterisco (*) nas referências, mas cujo resumo de autor e ano se encontra na Tabela 3.

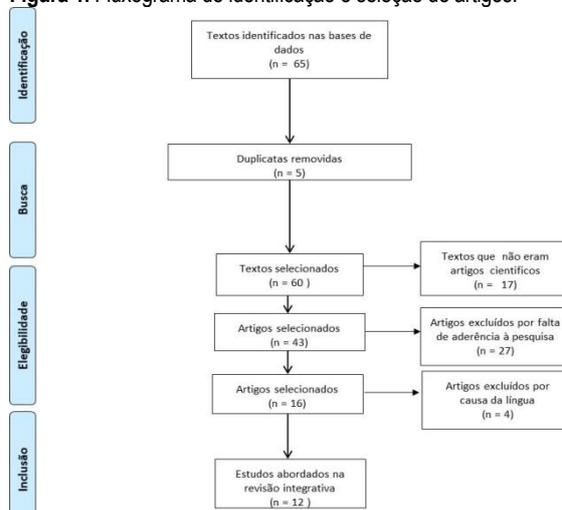
Tabela 3. Autor(es) e ano dos artigos selecionados.

Ano	Autor(es)
1994	Healy
2002	Briassoulis
2007	Pintassilgo; Silva
2010	Moore; Rodger
2014	Coronado
2014	Heenehan et al
2014	Ponting; O'brien
2015	Lavanchy; Taylor
2015	Pirotta; Lusseau
2017	Ruiz-Ballesteros
2019	Liu
2019	Marcineck; Hunt

Fonte: Elaboração própria.

Todo o processo de identificação e seleção dos artigos pode ser observado na Figura 1.

Figura 1. Fluxograma de identificação e seleção de artigos.



Fonte: Elaboração própria.

simples). E considerando os termos compostos ao todo foram levantadas quarenta e sete palavras-chave, o que dá uma média de 3,92 palavras-chave por artigo.

4.2 Significados de *commons*

Oito dos doze artigos fizeram referência à ideia de *common pool resource* (C.P.R.), três a mais que apresentados na frequência das palavras-chave. Ou seja, mesmo que três artigos não tenham frisado a ideia de CPR nas palavras-chave, acabaram tratando deste tópico ao longo do texto.

A maioria desses artigos enfatiza duas características básicas da CPR: a “não exclusividade” e a “subtração”. Alguns significados isolados apareceram, como: a) recursos para bem público, abordando tanto recursos naturais quanto culturais; b) gestão de recursos de bem comum, enfatizando a necessidade de administrar tais bens; c) iniciativa de bem comum, ou seja, regime de propriedade comum; o que envolve questões como acesso coletivo, gestão do conhecimento e gestão coletiva de recursos básicos. Aqui foi

enfatizada a ideia de gestão e da ligação do bem comum com a comunidade envolvida. E também a ideia de propriedade comum, com o olhar sobre recursos naturais e a necessidade de uma gestão criativa por parte de alguma instituição.

4.3 Elementos que dificultam o envolvimento entre Turismo e *Commons*

Apesar das críticas aos regimes de “acesso aberto” (recurso não gerenciado que fica exposto a qualquer tipo de intervenção), “propriedade privada” (pautado pelo desenvolvimento econômico) e “propriedade pública” (o Estado por vezes não consegue gerenciar os recursos, criando um potencial para a tragédia dos *commons*), os de “propriedade comum” também não escapam da possibilidade da tragédia dos *commons*, principalmente se não houver uma gestão adequada dos recursos. Fato que pode se concretizar em decorrência dos elementos identificados e resumidos na Tabela 4.

Tabela 4. Identificação e explanação de impeditivos do uso do *commons* no turismo.

Fatores dificultadores	Explicação
Falta de incentivo para investir no <i>commons</i>	Má administração do recurso, uma vez que não se percebe uma ação coletiva que recompense o uso adequado do mesmo. Falta de sanções graduais para aqueles que fogem às regras, sendo o baixo engajamento em prol do <i>commons</i> uma consequência.
Distribuição desigual de benefícios e de poder	Quando poucos têm acesso ao poder político ou econômico sobre o <i>commons</i> . Assim, ocorre a subtração de oportunidades de membros da comunidade sobre seus próprios recursos.
Vale tudo pela exploração turística	Quando os princípios dos limites sobre uso dos recursos são abandonados e as partes envolvidas na atividade turística realizam ações para benefício próprio.
Diminuição do valor da experiência turística	Superlotação e poluição são exemplos que reduzem o valor da experiência para o turista. Isso instiga o turista a querer pagar cada vez menos pela experiência, e às vezes nem a deseje mais. O que dificulta o provimento de seus <i>commoners</i> .
Existência de conflitos não resolvidos/enfrentados	Conflitos que não são enfrentados tendem a gerar uma violação de princípios de reciprocidade e solidariedade entre as partes interessadas, uma vez que o foco passa a ser a apropriação individual dos recursos.
Exploração e uso excessivo	Uma vez que a taxa de extração do recurso excede a sua taxa de recarga, o que acarreta na tragédia dos <i>commons</i> turísticos.

Fonte: Elaboração própria.

Tal resultado foi fruto da busca de indicadores que atrapalham, dificultam, impedem ou prejudicam a criação ou manutenção de um *commons*. Muitos deles baseados na falta de um dos oito princípios de sucesso de um *commons* de Ostrom (1990): a) Falta de incentivo por falta dos princípios três e cinco; b) Desigualdade de poder por conta de não considerar novamente o princípio cinco; c) Vale tudo pela exploração turística pela violação do primeiro princípio; d) Diminuição do valor da experiência turística que mostra um desencontro com o princípio quatro; e) Existência de conflitos não resolvido, por não considerar o sexto princípio;

f) Exploração e uso excessivo também condicionado à falta do quarto princípio.

4.4 Envolvimentos positivos entre turismo e *commons*

Esta parte também foi baseada nos princípios de sucesso de um bem comum de Ostrom (1990). Quando a atividade do turismo consegue lidar de forma adequada com seu *commons* se percebe as relações positivas que emergem deste relacionamento, sendo que os elementos principais foram levantados nos artigos selecionados e apresentados na Tabela 5.

Tabela 5. Identificação e explanação de impulsionadores do *commons* no turismo.

Fatores facilitadores do envolvimento entre turismo e <i>commons</i>	Explicação
Manutenção do <i>commons</i>	Criação de uma política para proteção do <i>commons</i> , solicitada por suas partes interessadas, ocasionando na sustentabilidade do mesmo em consonância com a atividade turística.
Ação coletiva local	Tomada de decisão e participação coletiva na gestão por parte dos locais, sendo o turismo de base comunitária um exemplo. O que também implica na distribuição de benefícios advindos do turismo, atividade que deve ser integrada à economia local.
Criação de entidade representativa	Criação de comitês diretivos, comitês comunais ou outra forma institucional que dê base para a comunidade exercer controle sobre os sistemas e recursos turísticos.

Criação de regimentos, acordos, códigos de conduta.	Passo necessário para o item anterior, pois dá força à ação coletiva por meio de negociação e acordos. Busca-se equilíbrio dos interesses e estruturação de um produto turístico para turistas, profissionais e moradores.
Ampliação da consciência do setor turístico no destino	Percepção comunitária de que os recursos, atrativos e instalações turísticas são <i>commons</i> , que requer qualidade para manter o produto turístico. Observar que o turismo é uma atividade-meio, não uma atividade-fim.
Equalização da diminuição do impacto turístico com a elevação de benefícios para as partes interessadas	Equação estruturada e planejada de diferentes fatores (custo versus benefício, por exemplo) para lidar com o alívio da pobreza local com ações como a criação de oportunidades, capacitação e segurança das partes interessadas.
Transmissão de conhecimento	Aparecendo de formas diferentes, como, por exemplo: o conhecimento local (potencial para estabilizar as dinâmicas entre agentes do mercado e comunidade); e a geração de conhecimento comum (entendimento comum para se trabalhar a atividade turística).

Fonte: Elaboração própria.

4.5 Relações da governança/gestão do conhecimento no turismo

Nesta parte, os critérios base de análise dos artigos selecionados recaíram sobre os fluxos do conhecimento tratados por Evans et al (2014): aquisição, organização, sustentação, aplicação, compartilhamento e renovação.

Apesar de o recurso conhecimento nem sempre aparecer de forma categórica nos artigos, sua relevância para a contribuição do turismo e de seus *commons* apareceram basicamente aglutinadas em quatro funções. Uma para gerir coletivamente recursos comuns. Parte mais específica de recursos comuns do turismo que necessitam de uma gestão coletiva de conhecimento dos profissionais e moradores relacionados, o que envolve lidar com formas de regime de propriedade diferenciadas.

Outra para auxiliar na cooperação para o planejamento e o gerenciamento do destino turístico. Neste caso o foco é no destino ou no produto turístico. Assim, o conhecimento é utilizado como forma de ajudar na participação dos stakeholders para cooperar com o planejamento e gerenciamento do turismo. Por exemplo, o estudo de Pirotta e Lusseau (2015) sobre simulação de operadores turísticos que cooperam com a ideia de sustentabilidade do turismo de vida selvagem requer conhecer a atividade desenvolvida por cada operador atuante em determinada área. Algo que contribui para melhor planejar a atividade em determinada área.

A terceira consiste em gerar entendimento entre atores. Trata de gerar e incorporar mecanismos de entendimento transcultural nas diretrizes e políticas de turismo dos públicos envolvidos na atividade: profissionais do mercado, agentes públicos do setor, moradores e comunidades locais.

Por fim, para gerar benefício por meio da gestão do conhecimento. Um caso ilustra este elemento, relacionado à transferência tácita de conhecimento entre turistas de aventura e residentes de destinos em países menos desenvolvidos, ocasionando em recompensa financeira, elevação de capital social e de diversão para os participantes locais (Moore et al., 2010).

5 DISCUSSÃO

5.1 Palavras-chave e significados de *commons*

A frequência do uso dos termos “turismo” e “*common*”, na forma simples, confirma a sistematização da busca

realizada para esta revisão integrativa. Entretanto, o termo “*common pool resource*” ou “*common-pool resource*” ganhou uma notoriedade significativa. Conceito oriundo, como tratado anteriormente, do estudo de Ostrom (1990), compondo-se de duas características principais: a) a não exclusão (exclusão de usuários ao recurso é difícil, mas não impossível; b) a subtração ou rivalidade (o uso do recurso por uma pessoa diminui a disponibilidade para outros).

Pearce (1995) diferencia recursos comuns em dois tipos: de “acesso aberto” e “recursos de propriedade comum”. Os primeiros não têm proprietário, enquanto que os segundos exercem um tipo de propriedade comunal.

Como distinção de um CPR, Hess e Ostrom (2007) informam que *commons* inclui bens econômicos, independentemente de direitos de propriedade. Algo diferente de regime legal conjunto, pois este é um direito de propriedade coletiva associado ao recurso. Dessa maneira, e seguindo em uma direção diferente do que foi levantado em alguns dos artigos sobre regime de propriedade de recursos, Hess e Ostrom (2007) afirmam que o paradigma relacionado ao *commons* não se refere primariamente a um sistema de propriedade, contratos e mercados, mas sim às normas e regras sociais, bem como mecanismos legais que permitem às pessoas compartilharem a propriedade e o controle de recursos.

Nesse sentido, a base para avaliar um recurso não seria um índice restrito ao aspecto econômico. Requer o uso de indicadores difíceis de mensurar por causa de elementos qualitativos e humanísticos, como legitimidade moral, o consenso e a igualdade, a transparência na tomada de decisões e a sustentabilidade, por exemplo (Hess e Ostrom, 2007).

Bollier (2011) informa que o conceito de *commons* vai além do recurso em si, pois envolve uma comunidade que se define por seus valores, normas e protocolos auto elaborados para gerir os recursos coletivos comuns. E de acordo com Rotta (2018), *commons* só existe com o uso (práticas e normas sociais) comum (gestão coletiva do recurso para benefício mútuo) de recursos. Características que dificultam a criação de um modelo padrão para gestão de *commons*, pois cada contexto tem suas especificidades que devem ser levadas em consideração.

O foco do *commons*, assim, concentra-se nas ações coletivas e não nos recursos em si. E Quaresma e Campos (2006) identifica alguns indícios desse tipo de ação, como o planejamento participativo, movimentos ambientalistas, cooperativas, grupos ecológicos e movimentos sociais.

Ou seja, é o que se entende por *commoning*, pois, de acordo com Bollier e Helfrich (2019), este é a essência do *commons*, e está embasado pelos seguintes aspectos simbióticos: hábitos sociais cotidianos, governança entre pares e provisionamento.

Contudo, como lembram Pimentel e Pimentel (2012), o uso desses termos relacionados ao turismo costuma ser usado de maneira superficial, com pouco aprofundamento da razão da necessidade de envolvimento de diferentes atores neste setor ou destino, e das formas pelas quais esse relacionamento acontece. Além do mais, existe pouca discussão sobre os próprios atores do turismo, seus interesses e formas de atuação em conjunto.

Ao priorizarem o conceito de C.P.R., o foco dos artigos selecionados está, pelo ponto de vista de Ramakrishnan et al (2021), na segunda geração de estudos do *Commons*. Segundo os autores, a primeira geração enfatiza a tragédia do *commons*, guiada pela perspectiva de Hardin (1968). A segunda geração tem como base os estudos de Ostrom (1990), mais voltados para os C.P.R. naturais. A terceira geração já está mais voltada para o *commoning*, ou seja, os processos sociais para criar e manter um *commons*.

Tais considerações demarcam uma lacuna de pesquisa a ser apropriada por estudiosos no futuro. Uma que aborda algo mais atualizado, considerando tanto os atores do turismo quanto suas práticas para se organizarem de forma sustentável. Também para auxiliar nesta tarefa é saber quais fatores restringem uma articulação de recursos comuns no turismo.

5.2 Elementos que dificultam o *tourism commons*

Um dos fatores que dificultam um convívio harmônico entre turismo e *commons* é a falta de consciência dos valores coletivos. Em uma visão de mundo em que o que importa é o lucro e o consumo, os recursos turísticos acabam se corroendo, o que leva à tragédia dos *commons* postulada por Hardin (1968). Tal fator faz referência ao terceiro princípio de sucesso de CPR sustentáveis de Ostrom (1990): arranjos de escolha coletiva. Portanto, os estudos levantados acabam reforçando um achado no estudo seminal da autora, indicando sua relevância nas abordagens de estudos turísticos quando focam em recursos comuns.

Um autor que comprova a importância deste princípio é Tosun (2000), quando fala que a literatura que aborda planejamento turístico sustentável enfatiza a relevância de ações coletivas participativas. E ainda ressalta que para este princípio ocorrer é imprescindível considerar os fatores contextuais locais. Ou seja, colocar em prática o segundo princípio de Ostrom (1990): congruência entre as regras de apropriação e provisão e as condições locais. Então, ao que parece, além dos princípios de Ostrom (1990) se mostrarem relevantes para pensar na concretização de um *tourist commons*, é preciso que eles trabalhem juntos. Como a própria autora afirma.

Briassoulis (2002) definiu *commons* turísticos (ou *tourism commons*) de forma holística como todo espectro de recursos que áreas hoteleiras e suas regiões vizinhas possuem. Nesse sentido, coincidem com o produto turístico. Portanto, essa falta de consciência cria um empecilho para enxergar que o produto turístico se mescla com seus

commons, criando um laço sequencial em que se um é cuidado o outro floresce. Em contrapartida, se um é negligenciado o outro declina.

Negligência que aparece, por exemplo, com as ações e proliferação de *free-riders* - pessoas que se beneficiam do recurso compartilhado sem contribuir com a manutenção do mesmo (Ostrom, 1990). O que pode desmotivar outras pessoas ou instituições a cuidarem desse bem comum. Cria-se, assim, um ambiente propício para o vale tudo da exploração turística, onde o objetivo coletivo cede lugar aos interesses individuais, fazendo decair ou desaparecer os incentivos de investimentos para o *tourist commons*.

Isso fere o primeiro princípio de sucesso de um CPR levantado por Ostrom (1990): limites claramente definidos quanto ao direito de uso e a definição de seus limites físicos. Mais uma vez, os princípios da autora se mostram perspicazes para entender um bom convívio da atividade turística quando se trata de recursos comuns.

A partir dos fatores levantados acima, a atividade turística acaba oferecendo uma baixa experiência, uma vez que retira do seu cenário o que lhe é único, diferente, autêntico, atrativo. E como a principal faceta do turismo é a experiência de visitação (Ritchie et al, 2011), isso acaba afetando negativamente as emoções e percepções dos envolvidos com o destino turístico.

E cada vez mais um fator crítico leva a outro. Uma vez que uma característica de um CPR é a não-exclusão de usuários, forma-se aglomeração generalizada e danos (permanentes ou temporários) ao destino, o que reforça a percepção de baixa qualidade do local. E assim, os *commoners* que poderiam investir na proteção, manutenção ou melhoria dos CPR's acabam não conseguindo fazer tal investimento por conta dos níveis mais baixos de benefícios adquiridos com o turismo. Isso acarreta em subinvestimento na infraestrutura básica e turística (Healy, 2006).

Em tal cenário, a comunidade se torna frágil socioeconomicamente e sua autossuficiência é posta em risco. Briassoulis (2002) argumenta que, assim, o desenvolvimento do turismo acaba dependendo de decisões de poucos com acesso ao poder, o que causa a diminuição da vitalidade e viabilidade em longo prazo do *commons*. Isso reforça o ciclo vicioso ao diminuir ainda mais o terceiro princípio de Ostrom (1990), tornando mais difícil estabelecer um turismo sustentável.

Um último fator crítico para um *tourist commons* é a existência de conflitos não resolvidos. Para tanto, novamente a pesquisa de Ostrom (1990) se mostra relevante, ao indicar o sexto princípio, ou seja, a necessidade de criar mecanismos de resolução de conflitos acessíveis e rápidos.

Antes de passar para os fatores facilitadores de um *tourist commons*, cabe ponderar que um aspecto interessante dessa tragédia dos *commons* é que experiências ruins geralmente oportunizam aprendizagem aos atores locais, instigando-os a buscarem um trabalho em conjunto para reverter o cenário negativo (Pintassilgo et al, 2007).

5.3 Sintonia entre turismo e *commons*

Como observado nos resultados, quando há um alinhamento entre *commons* com o turismo alguns elementos

se apresentam marcantes para tal confluência. Uns mostram relação direta com os princípios de sucesso (sustentáveis) de CPR observados por Ostrom (1990), como é o caso da criação de um regimento ou entidades representativas por meio de ações coletivas. De preferência, esse gerenciamento de recursos coletivos deve ocorrer de forma policêntrica, ou seja, com várias entidades que assumem diferentes papéis no processo (Ostrom et al, 2012).

Ainda assim, como atenta Ruiz-Ballesteros (2017), mesmo que exista uma confiança mútua e capacidade de compartilhar e se comunicar na comunidade que gerencia um *tourism commons*, não significa que os dilemas sociais tenham se encerrado, pois ainda existem diferenças de pensamento, interesse, disputa, alienação, dominação simbólica e material.

Isso gera uma tensão permanente, dinâmica que faz parte da ação coletiva, e que para se sustentar requer alcançar um nível comunitário estratégico. Sendo um desses níveis estratégicos o autogoverno, que além da ação coletiva demanda uma combinação de conhecimento e vontade dos envolvidos e de apoio e coerência com arranjos institucionais (Hess e Ostrom, 2007).

A ideia, assim, é gerar mais ganhos do que perdas com esta forma de lidar com os recursos coletivos. Ganhos que se referem não apenas ao aspecto financeiro, mas ao da elevação da consciência pessoal e coletiva ao realizar tal tipo de trabalho.

Briassoulis (2002) reforça este ponto ao abordar o turismo sustentável de forma geral, informando que indivíduos e comunidades devem assumir o poder de tomar e implantar decisões localmente sempre que possível. Assim, segundo a autora, as políticas para a gestão de *tourism commons* devem: a) ter como objetivo promover o desenvolvimento sustentável de destinos e suas regiões mais amplas; b) ser holístico, ou seja, usar os métodos mais abrangentes na definição de *tourism commons*; c) equilibrar os interesses múltiplos de usos e usuários; d) reconhecer e acomodar a variabilidade espacial e temporal do *commons*; e) incentivar ampla participação e autonomia local na tomada de decisões.

Os elementos apresentados nos resultados e discutidos aqui podem ser um indicativo de uma proposta de estrutura teórica para alcançar a gestão do *tourism commons* com benefícios para as partes interessadas, como pode ser visualizada na Figura 3.

Figura 3. Elementos para desenvolvimento do *tourism commons*.



Fonte: Elaboração própria.

A Figura 3 traz uma síntese da análise dos artigos levantados. Nota-se que não existe uma etapa que demarque a origem do movimento, pois se trata de um processo complexo, mas cíclico. Por exemplo, a Ampliação da Consciência (individual e comunitária) pode se iniciar pela dor de observar a perda de um recurso comum ou pelo prazer de perceber uma movimentação coletiva para gerenciar o mesmo recurso.

Hatipoglu et al (2016) reforçam este achado ao relatarem que a conscientização da comunidade local a respeito do turismo e das ações governamentais sobre a atividade é uma parte importante para minimizar barreiras para a participação ativa das partes interessadas. E Wu e Tsai (2016) colocam que o foco principal deve ser a capacitação da comunidade, e não as expectativas de crescimento do turismo. Ou seja, a importância de pensar o turismo como atividade-meio para algo planejado pela comunidade, não uma atividade-fim que zela pelo crescimento do turismo se um propósito mais complexo.

O próximo elemento é a ação coletiva, que nasce da necessidade de iniciar um movimento para a proteção dos *tourism commons* ou do processo de resolução de problemas compartilhados de forma auto organizada. Elemento já apresentado neste artigo (Quaresma & Campos, 2006) como tendo relação próxima com o turismo sustentável, uma tentativa de minimizar interesses individuais de curto prazo e fortalecer uma perspectiva coletiva mais duradoura. Por isso o costume de utilizar teorias de ação coletiva para tratar de desenvolvimento de turismo sustentável.

Portanto, para a criação e manutenção um *tourist commons* as partes interessadas participam nas tomadas de decisão e realização de ações em conjunto (Hewlett & Edwards, 2013). O que significa contemplar, em nível micro, tanto as preferências e características de turistas quanto da comunidade local. E no nível organizacional, instituições do setor público (como departamentos ou secretarias de turismo, consórcios de turismo), privado (direta ou indiretamente envolvido com o turismo, como meios de hospedagem, agências de viagem, restaurantes, setor imobiliário, de eventos, Convention and Visitors Bureaux etc.), da sociedade civil organizada (como cooperativas turísticas) e outras entidades que mesclam esses diversos atores (conselhos municipais de turismo, por exemplo).

Diante dessa miríade de atores interessados que Alipour e Arefipour (2020) sugerem a abordagem da cogestão, mecanismo que tende a inserir as pessoas no processo ao invés de enfatizá-los como produto turístico.

O passo seguinte se direciona para a criação de regimentos (regras, normas, estatutos, etc.) ou entidades representativas que concentram, organizam e fornecem força às intenções da coletividade. O que acaba gerando uma atividade turística que preza os interesses das partes interessadas ao mesmo tempo em que preserva seus recursos.

De acordo com Villavicencio et al (2016), esses arranjos institucionais são a base para uma gestão dos recursos naturais e turísticos, a distribuição de funções e benefícios na comunidade envolvida e as capacidades de gestão. Portanto, as instituições são elementos transversais,

uma vez que geram um quadro que regula hábitos, rotinas e práticas do grupo social.

Como se trata de um processo cíclico, a movimentação em prol dos diferentes interesses e da manutenção dos *tourism commons* acaba gerando benefício (direto ou indireto) para os envolvidos, instigando-os a se conscientizarem e atuarem em conjunto.

Perpassando todas as etapas estão as setas na cor lilás que representam a transmissão de conhecimento entre os atores. Processo fundamental para a disseminação das ações, propostas e decisões, bem como dos regulamentos, normas e regimentos, e também dos resultados obtidos e dos dados necessários para monitorar os recursos. Setas que não necessariamente seguem o ciclo do processo de desenvolvimento do *tourism commons*, pois o conhecimento pode acontecer em diferentes momentos.

Falar do conhecimento nesta análise possibilita tratar tal recurso como um bem comum também, como percebem Hess e Ostrom (2007). De acordo com tais autoras, à medida que mais pessoas compartilham o conhecimento, mais forte se torna o *commons*. E o conhecimento, para um entendimento mais aprofundado, é tratado por elas como todo tipo de entendimento alcançado pelo estudo ou experiência, independentemente se for acadêmico, científico, indígena, etc.

Mas Kuhlen (2012) observa que, diferentemente de um recurso físico, o conhecimento não é consumido ou exaurido quando usado, mas sim, quanto mais usado, mais beneficia as pessoas. Tratar o conhecimento como bem comum é cunhar o termo *knowledge commons*, ou seja, estabelecer uma governança comunitária institucionalizada do fluxo do conhecimento. Ou como pontuam Frischmann et al (2014, p. 3, tradução nossa), o bem comum do conhecimento é "a governança comunitária institucionalizada para o compartilhamento e, em alguns casos, para a criação de informação, ciência, conhecimento, dados e outros tipos de recursos intelectuais e culturais".

Tanto Hess e Ostrom (2007) quanto Bollier e Helfrich (2019) observam o conhecimento como recurso importante para qualquer *commons*, pois qualquer bem comum acaba tendo de lidar com o conhecimento para o seu desenvolvimento e manutenção. Mas os últimos autores alertam que a forma como o conhecimento é compartilhado define o caráter do bem comum, sua diversidade de colaboradores e know-how, suas formas de conhecer e as maneiras de validar tais conhecimentos. Portanto, dada a relevância de tal recurso, não é surpresa que dentro de um *tourist commons* apareça um dos fluxos do conhecimento como um elemento fortalecedor. Fluxo, etapa ou ciclo são nomenclaturas utilizadas na gestão do conhecimento para se referir aos processos de tal administração.

Evans et al (2014), após averiguarem diversos autores, identificaram os processos sistemáticos da GC como: a) aquisição, b) organização, c) sustentação, d) aplicação, e) compartilhamento e f) renovação. E dentre estes, a literatura referente a gestão de conhecimento no turismo (Otowicz et al, 2022) elenca o compartilhamento (ou transmissão) do conhecimento como um dos mais relevantes.

A transferência de conhecimento contribui com: a) a qualidade da informação, ou seja, informações oportunas,

precisas e relevantes (Ku et al, 2013); b) a qualidade do desempenho dos parceiros de negócio (Selin et al, 1998), uma vez que o conhecimento mútuo sobre os negócios permite uma parceria mais engajada (Beritelli, 2011); c) a formulação de decisões e metas entre parceiros de sucesso (Alonso et al, 2012); d) o aumento da confiança e compromisso mútuo com a relação de colaboração (Medina-Muñoz et al, 2000).

Para que a transferência de conhecimento e de experiências ocorra em destinos turísticos é preciso comportamentos inovadores e formas de cooperação entre os atores, elementos que são alcançados pela confiança e relações baseadas em longo prazo entre os atores do destino (Pechlaner et al, 2006). Assim, com o passar do tempo, essa confiança se eleva e as organizações envolvidas trocam mais do que informação: começam a colaborar em projetos mais arriscados, como desenvolver algo novo ou melhorado (Medina-Muñoz et al, 2000).

Algo relevante na atividade turística, pois Pechlaner et al (2006) informam a existência de uma cultura de pouca confiança entre as empresas no turismo. Realidade que pode dificultar a transmissão do conhecimento, recurso percebido como um dos mais estudados e valorizados na atualidade (Ribiére et al, 2013). Por exemplo, Cooper (2006) relata que a gestão do conhecimento está atrelada à transferência do conhecimento, sendo termos usados muitas vezes de forma intercambiável. Tal autor também cita três fases na literatura que a gestão do conhecimento mostra sua relevância, sendo a primeira compreendida pelo papel das tecnologias da informação e comunicação. A segunda deriva da noção de que vivemos em uma sociedade baseada no conhecimento, principalmente para satisfazer clientes e melhorar a qualidade dos serviços. A terceira quando se visualiza o conhecimento como um recurso, um ativo valioso para as organizações.

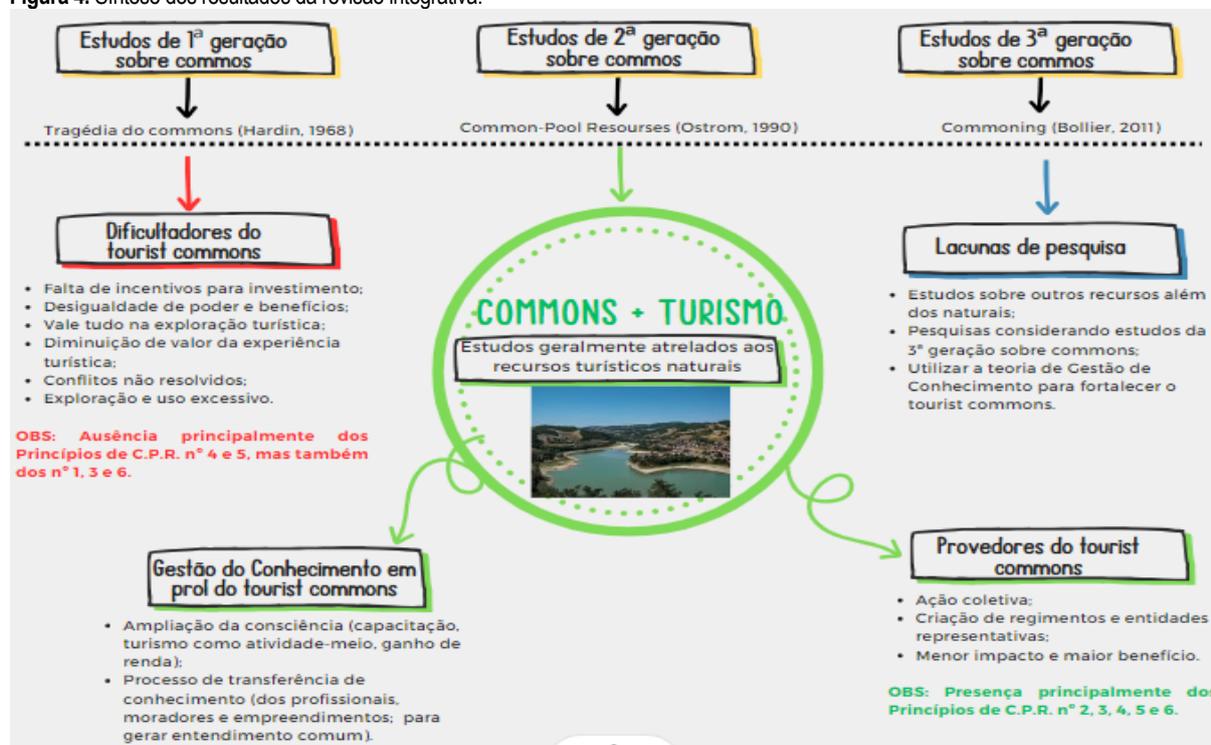
O compartilhamento de conhecimento e aprendizagem entre partes interessadas pode também ajudar grupos não participantes a, gradualmente, se incorporarem no processo de planejamento. Portanto, estruturas institucionais que oportunizem o compartilhamento de conhecimento e aprendizagem são importantes neste cenário (Wray, 2011). E como prossegue o autor, o compartilhamento de informações é um aspecto fundamental para o turismo sustentável, tendo em vista que promove a aprendizagem entre os atores envolvidos no processo ao mesmo tempo que contribui para um maior envolvimento das partes interessadas na tomada de decisão.

Apesar dessa relevância, nenhum dos artigos levantados nesta revisão integrativa estudou o conhecimento como *tourism commons*. Contudo, Hess e Ostrom (2007) confirmam que este recurso pode ser compartilhado por um grupo de pessoas e que está sujeito a dilemas sociais. Talvez fosse interessante adotar, além dos estudos do *Commons*, a Gestão do Conhecimento ao turismo sustentável, para ajudar no desenvolvimento de técnicas, instrumentos e indicadores de análise da sustentabilidade (Hanai 2012). Até porque o turismo sustentável (com suas dimensões ambiental, social e econômica) é considerado um campo de análise difícil de especificar (Swarbrooke, 1999).

Isso talvez ocorra por conta de que o *commons* (Hess & Ostrom, 2007), assim como o turismo sustentável, não se mede em termos tradicionais como resultados financeiros, mas sim pautado sobre equidade (justiça na apropriação e contribuição para a manutenção de um recurso), eficiência (produção, gerenciamento e uso otimizados do recurso) e sustentabilidade (resultados a longo prazo). Portanto, ao fim

desta pesquisa, observa-se que a junção dos campos de estudo do turismo, *commons* e gestão do conhecimento podem contribuir para a concretização do desenvolvimento turístico sustentável. E como forma de resumir o que foi tratado aqui, apresenta-se um diagrama (Figura 4) do que foi levantado e descoberto no artigo.

Figura 4. Síntese dos resultados da revisão integrativa.



Fonte: Elaboração própria.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio dessa revisão integrativa que focou nos termos “tourism” e “commons”, considerando as bases de dados da Scopus e da Web of Science, uma diversidade de dados foi encontrada dos doze artigos selecionados. Dentre eles o uso majoritariamente da palavra *common-pool resource*, o levantamento de seis elementos limitadores e sete motivadores para desenvolver as ideias do *commons* turístico, e a importância da gestão/governança do conhecimento para tal concretização, principalmente do processo de transmissão de conhecimento.

Por meio dessas informações foi possível perceber que o *commons* não é um sistema de propriedade, mas a configuração de normas e regras sociais para gerenciamento de recursos e problemas comuns. O que requer indicadores não convencionais para mensurar o sucesso dessa relação.

Além disso, dois pontos chamaram a atenção ao analisar os artigos. Um no sentido de não ser convencional o uso dos princípios de sucesso de estudos apresentados por Ostrom em 1990 como validadores para o turismo. O outro em relação à identificação de que na configuração de ações coletivas a tensão (conflitos ou dilemas sociais) precisa ser trabalhada para conseguir alcançar o autogoverno dos bens comuns.

Como síntese da análise dos elementos favoráveis ao *tourism commons*, percebeu-se um modelo teórico que apresenta cinco elementos que se fortalecem e se estruturam em ciclo: a) a ampliação da consciência das partes envolvidas sobre *tourism commons*; b) a necessidade de desenvolver ações coletivas para alcançar um objetivo comum; c) a necessidade de criar regimentos e/ou estabelecimento de uma entidade representativa das partes interessadas; d) o que leva à geração de menor impacto negativo da atividade turística; e) uma elevação dos benefícios das partes envolvidas. E permeando todo esse ciclo se encontra a transmissão do conhecimento, que dá força para esse processo.

Portanto, um avanço nesta pesquisa foi identificar o conhecimento como um dos recursos importantes para compor um *tourist commons*, no caso com enfoque para o processo de transmissão de conhecimento. Elemento que contribui para ampliação da consciência das partes interessadas ao capacitá-las para investir em um turismo como atividade que complementa os interesses da comunidade. Bem como para compartilhar conhecimentos e criar um entendimento comum entre os envolvidos.

Um dos principais desafios para a pesquisa foi adentrar em um assunto (*commons*) pouco abordado na literatura do turismo, bem como do turismo sustentável. O

que requisitou focar primeiramente no *commons*, termo de complexa compreensão, para depois pensar em uma revisão sistemática integrativa com a literatura do turismo.

Diante dessas informações cabe dizer que o objetivo deste estudo (analisar os fundamentos e tendências de pesquisas que abordam turismo e *commons*) foi alcançado, conseguindo inclusive atender aos objetivos específicos apresentados. Além do mais, foi possível identificar duas três lacunas quando se estuda turismo e *commons*.

Uma diz respeito à falta de percepção do conhecimento como um recurso a ser considerado e analisado no *tourism commons*, apesar de ter aparecido o processo de transmissão de conhecimento como um fator relevante para o desenvolvimento dessa relação. Soma-se a tal percepção o fato de outros estudos sobre *commons* (não relacionados ao turismo) começarem a identificar e enfatizar a importância do *knowledge commons* para qualquer outro bem comum. Trata-se, portanto, de mais uma possibilidade de pesquisa quando se pensa em trabalhar o *tourist commons*.

Outra lacuna é sobre a falta de abordagem sobre os princípios do *commons* levantados pelo estudo seminal de Ostrom em 1990 para identificar os casos em que o bem comum teve êxito na sua gestão. No caso, a maioria dos estudos preferiu abordar os recursos estudados tendo como base dois conceitos: a não exclusividade (a dificuldade ou impossibilidade de bloquear o acesso ao recurso comum), e a subtração (quando o uso do bem comum por uma pessoa reduz a disponibilidade de uso por outra).

A última lacuna diz respeito à pouca perspectiva de tratar o *tourist commons* pelos estudos da terceira geração sobre o *commons*, enfatizando o *commoning*, ou seja, o processo construção e manutenção de um bem comum.

Como implicações práticas, os gestores de recursos comuns (de naturezas diversas) na atividade turística podem utilizar dos oito princípios de sucesso de um *common-pool resource* para planejar, implantar e manter ações quando se pensa em um turismo sustentável, independentemente do segmento ou setor envolvido. Isso porque, apesar de poucos, os estudos mostraram uma forte incidência da maioria dos princípios para a sustentabilidade dos bens comuns no turismo.

Como limitações esta pesquisa apresenta o foco de busca dos descritores unicamente nos títulos e nas palavras-chave dos artigos, podendo ampliar para os termos presentes nos resumos.

Pesquisas futuras podem ampliar os resultados da busca sistemática é importante utilizar o termo *common-pool resource*, sendo este o que foi visto como mais utilizado nos estudos sobre turismo. Bem como utilizar a estratégia do asterisco no radical do termo turismo em inglês (*tour**) para levantar termos semelhantes como, por exemplo, *tourism*, *tourist* e *touristic*. E abranger para termos parecidos como *hospitality* e *leisure*, por exemplo. Outra opção é focar em *tourism commons* além de recursos naturais, trazendo os recursos culturais. E dentre estes o conhecimento, visto como significativo principalmente, mas não unicamente, pela via da transferência entre as partes envolvidas.

REFERÊNCIAS

- Alipour, H. & Arefipour, T. (2020). Rethinking potentials of co-management for sustainable *common pool resources* (CPR) and tourism: The case of a Mediterranean island. *Ocean & Coastal Management*, 183.
- Alonso, A. D. & Liu, Y. (2012). Visitor centers, collaboration, and the role of local food and beverage as regional tourism development tools: The case of the Blackwood River Valley in Western Australia. *Journal of Hospitality & Tourism Research*, 36, 517-536.
- Alves, J. A. (2018). Turismo, recursos de uso comum e conflitos socioambientais em Pipa- Tibau do Sul/RN: uma perspectiva à luz dos princípios de Ostrom [tese]. Campina Grande: Programa de pós-graduação em Recursos Naturais, Universidade Federal de Campina Grande.
- Bacal, S. S., Melo, A. J. de S., Widmer, G. M. & Pereira, R. da S. (2007). Turismo sustentável no Brasil: utopia ou possibilidade? *Revista Gerenciais*, 6(2), 175-181.
- Barnett-Page, E. & Thomas, J. (2009). Methods for the synthesis of qualitative research: a critical review. *BMC Medical Research Methodology*, 9(1).
- Beal, L., Seraphin, H., Modica, G., Pilato, M. & Platania, M. (2019). Analysing the mediating effect of heritage between locals and visitors: an exploratory study using mission patrimoine as a case study. *Sustainability*, 11(11).
- Beritelli, P. (2011). Cooperation among prominent actors in a tourist destination. *Annals of Tourism Research*, 38, 607-629.
- Beyea, S. C. & Nichll, L. H. (1998). Writing an Integrative Review. *AORN Journal*, 67(4), [877-880]. Disponível em: <[https://aornjournal.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1016/S0001-2092\(06\)62653-7](https://aornjournal.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1016/S0001-2092(06)62653-7)>. Acesso em: 16 set 2019.
- Bianchi, R. V. (2003). Place and power in tourism development: tracing the complex articulations of community and locality. *Pasos - Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, 1(1), 13-32.
- Bollier, D. (2011). *The commons, short and sweet*. [Bollier.org.] Disponível em <http://ecoliteracy.net/wpcontent/uploads/sites/4/2017/05/introduction-to-the-commons.pdf>. Acesso em 04 dez 2019.
- Bollier, D. & Helfrich, S. (2019). *Free, Fair, and Alive: The Insurgent Power of the Commons*. Canada: New Society Publishers.
- Brasil. Ministério do turismo. (2007). *Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil: Turismo e Sustentabilidade*. Brasília. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/conteudo_fundamental_turismo_e_sustentabilidade.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2020.
- Briassoulis, H. (2002). Sustainable Tourism and the Question of the *Commons*. *Annals of Tourism Research*, 29(4), 1065-1085. *
- Briassoulis, H. (2015). Tourism and *common pool resources*. In : Hall, M, Gössling, S. ; Scott, D. (Eds.). *The Routledge handbook of tourism and sustainability*. London e New York: Routledge, 92-104.
- Butler, R. (1980). *The concepty a tourist are life cycle of evolution implications for management of resources*. Canadian Geographer.
- Castro-Spila, J., Torres, R., Lorenzo, C. & Santa, A. (2018). Social innovation and sustainable tourism lab: an explorative model. *Higher Education, Skills and Work-Based Learning*, 8(3), 274-290.
- Clarke, A., Raffay, A. & Wiltshier, P. (2009). Losing It: Knowledge Management in Tourism Development Projects.

- Tourismos: An International Multidisciplinary Journal of Tourism*, 4(3), 149-166.
- Coleman, J. S. (1988). Social Capital in the Creation of Human Capital. *American Journal of Sociology*, 94(1), 95-120.
- Cooper, C. (2006). Knowledge management and tourism. *Annals of Tourism Research*, 33(1), 47-64.
- Coronado, G. (2014). Natural and Cultural Commons and the Organisation of Community Tourism Projects in Mexico. *Journal of Iberian and Latin American Research*, 20(2), 229-244. *
- Doxey, J. (1975). *Development of tourism destinations*. London: Torbay.
- Evans M., Dalkir, K. & Bidian, C. (2014). A holistic view of the knowledge life cycle: The Knowledge Management Cycle (KMC) Model. *The Electronic Journal of Knowledge Management*, 12(2), 85-97.
- Fayos-Solá, E. (1996). Tourism policy: A midsummer night's dream? *Tourism Management*, 17(6), 405-412.
- Ferreira, S. (2012). Evolution and future of the knowledge commons: emerging opportunities and challenges for less developed societies. *Knowledge Management for Development Journal*. 8(2-3), 141-168.
- Field, J. (2008). *Social Capital: Key Ideas*. London and New York: Routledge.
- Frischmann, B. M., Madison, M. J. & Strandburg, K. J. (2014). Governing Knowledge Commons. In: Frischmann, B. M., Madison, M. J. & Strandburg, K. J. (Ed.). *Governing Knowledge Commons*. Oxford University Press, 1-43.
- Goeldner, C. R., Ritchie, J. R. B. & McIntosh, R. W. (2000). *Tourism. Principles, Practices, Philosophies*. John Wiley & Sons, New York.
- Gürsoy, I. T. (2019). Beauty and the beast: A fairy tale of tourismphobia. *Tourism Planning & Development*, 16(4), 434-451.
- Hall, C. M. (1999). Rethinking Collaboration and Partnership: A Public Policy Perspective. *Journal of Sustainable Tourism*, 7(3/4): 274-289.
- Hanai, F. Y. (2012). Desenvolvimento sustentável e sustentabilidade do turismo: conceitos, reflexões e perspectivas. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, 8(1), 198-231.
- Hardin, G. (1968). The tragedy of the commons. *Science*, 162, 1243-1248.
- Hatipoglu, B., Alvarez, M. D. & Ertuna, B. (2016) Barriers to stakeholder involvement in the planning of sustainable tourism: The case of the Thrace region in Turkey. *Journal of Cleaner Production*, 111, 306-317.
- Healy, R. G. (1994). The "Common Pool" Problem in Tourism Landscapes. *Annals of Tourism Research*, 21(3), 569-611. *
- Healy, R. G. (2006). The commons problem and Canada's Niagara Falls. *Annals of Tourism Research*, 33(2), 525-544.
- Helfrich, S. (2014). Common goods don't simply exist – they are created. In: Bollier, D. & Helfrich, S. (Eds.). *The wealth of the commons: A world beyond market and state*. Leveillers Press, 66-70.
- Heenehan, H., Basurto, X., Bejder, L., Tyne, J., Higham, J. E.S. & Johnston, D. W. (2014). Using Ostrom's common-pool resource theory to build toward an integrated ecosystem-based sustainable cetacean tourism system in Hawai'i. *Journal of Sustainable Tourism*, 23(4), 536-556. *
- Henriksen, P. F. & Halkier, H. (2009). From local promotion towards regional tourism policies: Knowledge processes and actor networks in North Jutland, Denmark. *European Planning Studies*, 17(10), 1445-1462.
- Hess, C. & Ostrom, E. (2007). *Understanding Knowledge as a Commons: From Theory to Practice*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press.
- Hewlett, D. & Edwards, J. (2013). Beyond Prescription: Community engagement in the planning and management of national parks as tourist destinations. *Tourism Planning & Development*, 10(1), 45-63. <https://doi.org/10.1080/21568316.2012.723041>.
- Hughes, N. (2018). "Tourists go home": anti-tourism industry protest in Barcelona. *Social Movement Studies*, 17(4), 471-477.
- Hwang, D. & Stewart, W. P. (2017) Social capital and collective action in rural tourism. *Journal of Travel Research*, 56(1), 81-93.
- Jamal, T. & Stronza, A. (2009). Collaboration theory and tourism practice in protected areas: stakeholders, structuring and sustainability. *Journal of Sustainable Tourism*. 17 (2). 169e189.
- Kim, N. & Shim, C. (2019). Taking it personally: How to increase interorganizational knowledge sharing in a tourist district. *Tourism and Hospitality Research*, 19(1), 85-97.
- Koodsela, W.; Dong, H. & Sukpatch, K. (2019). A Holistic Conceptual Framework into Practice-Based on Urban Tourism Toward Sustainable Development in Thailand. *Sustainability*, 11(24).
- Korstanje, M. E. (2020). El Covid-19 y la guerra invisible: ¿ Es el fin de la hospitalidad? *Rosa dos Ventos - Turismo e Hospitalidade*, 12(3).
- Ku, E. C. S., Yang, C.-M. & Huang, M.-Y. (2013). Partner choice: Adaptation of strategic collaboration between travel agencies. *Journal of Hospitality & Tourism Research*, 37(4), [516-536].
- Kuhlen, R. (2012). Knowledge is the water of the mind: How to structure rights in "immaterial commons". In: Bollier, D.; Helfrich, S. (eds.) *The wealth of the commons: A world beyond market and state*. Amherst: Leveillers Press, 296-303.
- Lavanchy, G. T. & Taylor, M. J. (2015). Tourism as tragedy? Common problems with water in post-revolutionary Nicaragua. *International Journal of Water Resources Development*, 31(4), 765-779. *
- Liu, T.-M. (2019). Applying Ostrom's common resource management principles to analyze institutional factors for the failure of the volunteer tourism program for green sea turtles conservation in Lanyu (Orchid Island), Taiwan. *Journal of Tourism and Cultural Change*, 60(12). *
- Mancini, F., Leyshon, B., Manson, F., Coghill, G. M. & Lusseau, D. (2020). Monitoring tourists' specialisation and implementing adaptive governance is necessary to avoid failure of the wildlife tourism commons. *Tourism Management*, 81, 104-160.
- Marcinek, A. A. & Hunt, C. A. (2019). Tourism and cultural commons in the Ecuadorian Amazon. *Journal of Tourism and Cultural Change*, 17(4). *
- Martin, J. M. M., Martínez, J. M. G. & Fernández, J. A. S. (2018). An analysis of the factors behind the citizen's attitude of rejection towards tourism in a context of overtourism and economic dependence on this activity. *Sustainability*, 10(8).
- Martins, M. R. (2018) *Turismo sustentável: o protagonismo da juventude e a conservação do patrimônio natural-cultural do quilombo de Ivaporunduva no Vale do Ribeira*, São Paulo, Brasil.
- Medina-Muñoz, D. & García-Falcón, J. M. (2000). Successful relationships between hotels and agencies. *Annals of Tourism Research*, 27, 737-762.
- Meretz, S. (2012). The structural communality of the commons. In: Bollier, D.; Helfrich, S. (eds.) *The wealth of the*

- commons: A world beyond market and state*. Amherst: Levellers Press, 41-45.
- Moore, S. A. & Rodger, K. (2010). Wildlife tourism as a common pool resource issue: enabling conditions for sustainability governance. *Journal of Sustainable Tourism*, 18(7) [831-844]. *
- Ostrom, E. (1990). *Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Ostrom, E. (2005). *Understanding Institutional Diversity*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Ostrom, E., Chang, C., Pennington, M. & Tarko, V. (2012). *The future of the commons: Beyond Market failure and government regulation*. London: The Institute of Economic Affairs.
- Ostrom, E. & Hess, C. (2007). A framework for analysing the knowledge commons. In: Hess, C., Ostrom, E. *Understanding Knowledge as a Commons: From Theory Practice*. Cambridge, MA: MIT press, 41-81.
- Ostrom, E., Poteete, A. & Janssen, M. (2011). *Trabalho em parceria: ação coletiva, bens comuns e múltiplos métodos*. São Paulo: Editora Senac.
- Otowicz, M. H., Lacerda, L. L. de, Emmendoerfer, L., & Biz, e A. A.. (2022) Turismo, gestão do conhecimento e seus processos: uma revisão integrativa da literatura. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 16: 01-21.
- Pacheco, R. C. S. (2016). Coprodução em Ciência, Tecnologia e Inovação: fundamentos e visões. In: Pedro, J. M.; Freire, P. de S. *Interdisciplinaridade: Universidade e Inovação Social e Tecnológica*. Curitiba: CRV Editora, 21-62.
- Pearce, P. (1995). *Blueprint 4: Capturing Global Environmental Value*, London : Earthscan .
- Pechlaner, H., Fischer, E. & Hammann, E.-M. (2006). Leadership and Innovation Processes - Development of Products and Services Based on Core Competencies. *Journal of Quality Assurance in Hospitality & Tourism*, 6(3-4), 31-57.
- Pereira, J. R., Cabral, E. H. de S. & Pereira, J. R. (2015). Gestão social e governing the commons: a cooperação como elo de convergência. *Revista de Ciências da Administração*, 17(43), 112-122.
- Pimentel, T. D. & Pimentel, M. P. C. (2012). Destino Turístico como Construção Coletiva: os atores envolvidos e sua necessidade de articulação. *Congresso Latino-Americano de Investigação Turística*, 5, São Paulo, Anais, 2012.
- Pintassilgo, P. & Silva, J. A. (2007). "Tragedy of the commons" in the tourism accommodation industry. *Tourism Economics*, 13(2), 209-224. *
- Pirota, E. & Lusseau, D. (2015). Managing the Wildlife Tourism Commons. *Ecological Society of America*, 25(3), 729-741. *
- Plummer, R. & Fennell, D. A. (2009). Managing protected areas for sustainable tourism: prospects for adaptive co-management. *Journal of Sustainable Tourism*. 17 (2), 149-168.
- Ponting, J. & O'brien, D. (2014). Liberalizing Nirvana: an analysis of the consequences of common pool resource deregulation for the sustainability of Fiji's surf tourism industry. *Journal of Sustainable Tourism*, 22(3), 384-402. *
- Pretty, J. & Ward, H. (2001). Social Capital and the Environment. *World Development*, 29(2), 209-227.
- Putnam, R. D. (1993). The Prosperous Community: Social Capital and Public Life. *The American Prospect*, 13, 35-42.
- Putnam, R. D. (2000). *Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community*. New York: Simon and Schuster.
- Quaresma, H. D. de A. B. & Campos, R. I. R. de. (2006). Turismo como instrumento de ação coletiva em áreas pesqueiras do litoral da Amazônia. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, 1(2), 139-147. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-81222006000200011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 16 mai 2019.
- Ramakrishnan, M., Shrestha, A. & Soar, J. (2021). Innovation centric knowledge commons - A systematic literature review and conceptual model. *Journal of Open Innovation: Technology, Market, and Complexity*, 7(35).
- Rivière, V. & Walter, C. (2013). 10 years of KM theory and practices. *Knowledge Management Research & Practice*, 11, 4-9.
- Ritchie, J. R. B. & Crouch, G. I. (2000). The competitive destination: A sustainable perspective. *Tourism Management*, 21, 1-7.
- Ritchie, B. J. R., Tung, V. W. S. & Ritchie, R. J. B. (2011). Tourism experience management research: emergence, evolution and future directions. *International Journal of Contemporary Hospitality Management*, 23(4), 419-438.
- Rotta, Mauricio J. R. (2018). *As plataformas de governo eletrônico e seu potencial para a promoção dos princípios do commons: o caso dos municípios brasileiros* (Tese de Doutorado). Programa de Pós-graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento da Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil.
- Ruiz-Ballesteros, E. (2017). Comunidad, bienes comunes y turismo en Floreana (Islas Galápagos). *Revista de Antropología Social*, 26(2), 333-354. *
- Selin, S. W. & Myers, N. A. (1998). Tourism marketing alliances: Member satisfaction and effectiveness attributes of a regional initiative. *Journal of Travel & Tourism Marketing*, 7(3), 79-94.
- Seraphin, H. S., Sheeran, P. & Pilato, M. (2018). Over-tourism and the fall of Venice as a destination. *Journal of Destination Marketing & Management*, 9, 374-376.
- Sirakaya, E., Jamal, T. & Choi, H. S. (2001). Developing tourism indicators for destination sustainability. In : Weaver, D. B. (Eds). *The encyclopedia of ecotourism*. Wallingford: CAB International, 411-432.
- Soares, J. G., Cardozo, P. F., Fernandes, D. L. & Holm, C. C. (2017). Planejamento participativo do turismo em comunidades rurais: Estudo comparativo entre as comunidades étnicas de Castrolanda, Entre Rios e Witmarsum no Paraná, Brasil. *PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, 15(4), 897-911.
- Soares, J. G. & Sahr, C. L. L. (2016). Ação coletiva, cooperativismo e turismo: Estudo de caso da Comunidade Menonita de Witmarsum (Paraná/Brasil). *PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, 14(1), 111-125.
- Souza, M. T. de, Silva, M. D. de & Carvalho, R de. (2010). Revisão Integrativa: O que é e como fazer? *Einstein*, 8(1), 102-106.
- Stronza, A. L. (2010) Commons management and ecotourism: Ethnographic evidence from the Amazon. *International Journal of the Commons*, 4, 56-77.
- Swarbrooke, J. (1999). *Sustainable tourism management*. Cabi.
- Teixeira, E. (2002). *O Local e o global: limites e desafios da participação cidadã*. 3. ed. São Paulo: Cortez; Recife: EQUIP; Salvador: UFBA.
- Timur, S. (2012). Analyzing urban tourism stakeholder relationships: A network perspective. *Haskayne School of Business University of Calgary Working Papers*.
- Torus, C. (2000). Limits to community participation in the tourism development process in developing countries. *Tourism Management*, 21(6), 613-633.
- Tranfield, D., Denyer, D. & Smart, P. (2003). Towards a Methodology for Developing Evidence-Informed Management Knowledge by Means of Systematic Review. *British Journal of Management*, 14(3), 207-222.

- Tussyadiah, I. P. (2014). Toward a theoretical foundation for experience design in tourism. *Journal of Travel Research*, 53(5), 543–564.
- Villavicencio, B. P., Zamora, J. G. & Pardo, G. L. (2016). El turismo comunitario en México: perspectiva desde las instituciones y la gobernanza en territorios indígenas. *El Periplo Sustentable*, [S.l.], 30, 06-37. Disponível em: <https://rperiplo.uaemex.mx/article/view/4895>. Acesso em: 08 dez 2020
- World Tourism Organization (1993). *Sustainable Tourism Development Guide for Local Planners*. WTO publication, Spain.
- Wordart. (2019). Disponível em: <https://wordart.com/create>. Acesso em: 14 set 2019.
- UNWTO (United Nation World Tourism Organization). (2020). Why Tourism? Disponível em: <https://www.unwto.org/why-tourism>. Acesso em: 02 ago 2020.
- UNWTO. (2022). *Sustainable Development of Tourism: Concepts and Definitions*. Disponível em: <https://www.unwto.org/sustainable-development>.
- Acesso em: 07 fev 2022.
- Wray, M. (2011). Adopting and implementing a transactive approach to sustainable tourism planning: translating theory into practice. *Journal of Sustainable Tourism*, 19(4-5), 605-627.
- WTTC (World Travel and Tourism Council). (2020). Economic Impact Reports. Disponível em: <https://wtcc.org/Research/Economic-Impact>. Acesso em: 02 ago 2020.
- Wu, C.-C. & Tsai, H.-M. (2016). Capacity building for tourism development in a nested social-ecological system: A case study of the South Penghu Archipelago Marine National Park, Taiwan. *Ocean & Coastal Management*, 123, 66-73.

Agradecimento

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

CRediT author statement.

Termo	Definição	Autor 1	A2	A3
Conceitualização	Ideias; formulação ou evolução de objetivos e objetivos de investigação abrangentes	x	x	x
Metodologia	Desenvolvimento ou concepção de metodologia; criação de modelos	x	x	
Software	Programação, desenvolvimento de software; concepção de programas de computador; implementação do código informático e algoritmos de suporte; teste dos componentes de código existentes			
Validação	Verificação, quer como parte da atividade quer separadamente, da replicação/reprodutibilidade global dos resultados/experimentações e outros resultados da investigação	x	x	
Análise formal	Aplicação de técnicas estatísticas, matemáticas, computacionais, ou outras técnicas formais para analisar ou sintetizar dados de estudo	x		
Investigação	Condução do processo de investigação e investigação, realizando especificamente as experiências, ou recolha de dados/evidências	x		
Recursos	Fornecimento de materiais de estudo, reagentes, materiais, pacientes, amostras de laboratório, animais, instrumentação, recursos informáticos, ou outras ferramentas de análise	x		
Curadoria de dados	Atividades de gestão para anotar (produzir metadados), lapidar dados e manter dados de investigação (incluindo código de software, onde é necessário para a interpretação dos próprios dados) para utilização inicial e posterior reutilização	x		
Escrita - Esboço original	Preparação, criação e/ou apresentação do trabalho publicado, redigindo especificamente o projeto inicial (incluindo a tradução substantiva)	x	x	
Escrita - Revisão & Edição	Preparação, criação e/ou apresentação do trabalho publicado por aqueles do grupo de investigação original, especificamente revisão crítica, comentário ou revisão - incluindo fases pré ou pós-publicação	x	x	
Visualização	Preparação, criação e/ou apresentação do trabalho publicado, especificamente visualização/ apresentação de dados	x		
Supervisão	Supervisão e responsabilidade de liderança no planeamento e execução da atividade de investigação, incluindo mentoria externa à equipa central		x	x
Administração do projeto	Responsabilidade pela gestão e coordenação do planeamento e execução da atividade de investigação		x	
Aquisição de financiamento	Aquisição do apoio financeiro para o projeto conducente a esta publicação			

Source: reproduced from Elsevier (2022, s/p), based upon Brand et al. (2015).

Processo Editorial / Editorial Process / Proceso Editorial

Editor Chefe / Editor-in-chief / Editor Jefe: PhD Thiago D. Pimentel (UFJF).

Recebido / Received / Recibido: 13.12.2023; Revisado / Revised / Revisado: 16.01.2024 – 06.02.2024 – 09.05.2024; Aprovado / Approved / Aprobado: 28.07.2024;

Publicado / Published / Publicado: 23.08.2024.

Documento revisado às cegas por pares / Double-blind peer review paper / Documento revisado por pares ciegos.